

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA EVIDENCIAÇÃO DE RISCOS CORPORATIVOS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR BANCÁRIO DURANTE O PERÍODO DE 2010 A 2012

*BEHAVIORAL ANALYSIS OF CORPORATE RISKS DISCLOSURE IN BRAZILIAN BANKING SECTOR
SUSTAINABILITY REPORTS DURING THE PERIOD 2010 TO 2012*

DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v7i2.376>

Isabela Torres Leite ^a, Rosângela Venâncio Nunes ^b, Charles Washington Costa de Assis ^c, Nayana de Almeida Adriano ^d e Rita de Cássia Fonseca ^e

^a **Isabela Torres Leite**

isatorresce@gmail.com

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Estácio do Ceará

^b **Rosângela Venâncio Nunes**

angelnunes@gmail.com

Docente do Centro Universitário Estácio do Ceará

^c **Charles Washington Costa de Assis**

charles-cont@hotmail.com

Docente do Centro Universitário Estácio do Ceará

^d **Nayana de Almeida Adriano**

nayanaadriano@hotmail.com

Docente do Centro Universitário Estácio do Ceará

^e **Rita de Cássia Fonseca**

ritadefonseca@gmail.com

Docente da UNICENTRO-PR

Data de envio do artigo: 25 de Março de 2015.

Data de aceite: 31 de Março de 2016.

Palavras-chave:

Comportamento, riscos corporativos, relatórios de Sustentabilidade, setor bancário.

Keywords:

Behavior, corporate risks, sustainability reports.

Resumo O presente estudo objetiva analisar o comportamento da evidenciação de riscos corporativos, nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012. Como metodologia de pesquisa, foram utilizadas consultas bibliográficas, diversificada leitura de artigos acadêmicos e um estudo investigativo nos relatórios GRI – versão G3 – de sustentabilidade de três empresas que integram o setor bancário brasileiro. Posteriormente, foi dado um tratamento de análise quantitativa para classificar, de forma binária, 17 indicadores selecionados, que evidenciaram as dimensões de governança e os desempenhos (a) econômico, (b) social-direitos humanos e (c) social-sociedade. Depois de extraídas as informações, estas foram avaliadas, a partir da análise de conteúdo, e apresentadas, através de tabelas e gráficos, com objetivo de demonstrar o resultado obtido acerca do nível de divulgação dos indicadores, realizando-se uma análise comparativa entre os anos que correspondem ao período estudado. As análises alcançadas permitiram concluir que o nível de divulgação das empresas, entre os anos de 2010 a 2012, comportou-se de forma homogênea, com pequenas variações de redução no ano de 2011, mas, de forma geral, comportou-se entre bom e ótimo (na maioria dos casos). A média geral de divulgação das empresas analisadas durante os três anos foi de 84%, o que torna a classificação ótima. Dentre as dimensões que atingiram melhor classificação de evidenciação, destacam-se a de governança e a de desempenho social-sociedade, ressaltando-se que nenhuma dimensão analisada obteve classificação de evidenciação como nível ruim.

Abstract *The purpose of this paper is to analyze the behavior of corporate-risk disclosure of the sustainability reports of the Brazilian banking sector in the years from 2010 until 2012. As a methodology, bibliographic inquiries were conducted, as well as academic papers were investigated alongside an exploratory study of the GRI Reports in the G3 version of sustainability of three companies from the Brazilian banking sector. Then, a qualitative-analysis treatment was applied in order to classify in binary form, 17 chosen indicators that show for the dimensions of governance, economic performance, social performance (human rights) and social performance(society). After gathering the information, it was then analyzed in terms of contents and presented as tables and graphs with the aim of showing the obtained result of the disclosure level of the indicators. Then, a comparative analysis was conducted, comparing the years from 2010 until 2012. The analyses that were conducted led to the conclusion that the level of disclosure between the years from 2010 until 2012 was a quite steady level, showing slight reduction variations in the year 2011. The overall performance was deemed either good or excellent in most cases. The disclosure average of the analyzed companies, for the three years, was 84%, a percentage that deserves classification as excellent. Among the dimensions that reached the better classification of disclosure, are governance and social performance (society). No analyzed dimension got the "poor" disclosure classification.*

1 INTRODUÇÃO

As empresas têm como um dos principais propósitos, no contexto do mercado atual, estabelecer uma boa relação com todos os seus interessados (também chamados de *stakeholders*). Para isso, desenvolvem diversas políticas internas e externas, que objetivam, principalmente, a transparência de suas ações perante a sociedade. Para explanar essas políticas, são apresentados e publicados diversos relatórios; dentre eles, um de

suma importância: o Relatório de Sustentabilidade, que segue os padrões GRI – *Global Reporting Initiative*.

A elaboração de um Relatório de Sustentabilidade segue o objetivo da governança corporativa da *disclosure*, que consiste em demonstrar, de forma transparente, a prestação de contas e a responsabilidade socioambiental das instituições que elaboram o relatório, sendo elas obrigadas ou não (GRI, 2013).

Na maioria dos países, os relatórios de sustentabilidade são, atualmente, voluntários, mas,

em várias jurisdições, os relatórios socioambientais são exigência da legislação. Países como Dinamarca, França, Holanda, Noruega e Suécia exigem que determinadas empresas (de certo porte ou com ações na bolsa de valores, por exemplo) incluam informações ambientais e sociais em seus relatórios anuais (GRI, 2012).

Essa tendência não se restringe somente à Europa; nos Estados Unidos, a Lei Sarbanes-Oxley exige que as empresas divulguem um código de ética por escrito adotado por seu presidente, diretor financeiro e diretor de contabilidade. Às vezes, setores específicos são visados. No Canadá, exige-se que as grandes instituições financeiras publiquem suas prestações de contas. O governo coreano também está se movendo nessa direção. Em nível subnacional, várias agências reguladoras em todo o mundo exigem algum tipo de relato ambiental, de saúde e de segurança (GRI, 2012).

Defensores da obrigatoriedade do relato argumentam que ele proporciona credibilidade, comparabilidade, abrangência, maior equilíbrio e legitimidade (GRI, 2012).

Já os críticos alegam que a obrigatoriedade do relato é pouco flexível para uma questão complexa e em constante mudança como a sustentabilidade e que não estimula a inovação ou a transparência em “questões espinhosas” (GRI, 2013).

Avalos (2009, p. 65) descreve risco como “fatos ou acontecimentos cuja probabilidade de ocorrência é incerta”, o que indica que risco está diretamente ligado à incerteza, à dúvida sobre algo que está por acontecer, podendo ser favorável ou desfavorável ao que se é esperado pelas organizações e pelos seus interessados.

Para Silva (2010), governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital.

Relevante para o presente estudo, o conceito de governança para o IBGC é assim definido, segundo o Sistema de Relações (2013):

Governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade.

Dessa forma, gerir riscos trata-se de algo complexo, pois os gestores precisam sempre estar antecipados aos acontecimentos, para que estes não afetem a gestão das empresas.

De acordo com Padoveze (2010, p. 96), “o foco da gestão de riscos é manter um processo sustentável de criação de valor para os acionistas, uma vez que qualquer negócio sempre está exposto a um conjunto de riscos”.

O nível de evidenciação das informações divulgadas pelas organizações pode influenciar diretamente a tomada de decisão de seus *stakeholders*, haja vista o importante papel que esta possui na avaliação de alocação de recursos, oportunidades de investimento e redução da assimetria informacional (LANZANA, 2004).

Dentre tantas necessidades de se evidenciar e de se divulgar os riscos no setor bancário, destacam-se algumas como: prevenir e corrigir fragilidades, evitar impactos no resultados, proteger o capital, garantir a rentabilidade dos negócios, evitar fraudes, corrupção e utilizar como instrumento de gestão para atingir objetivos (Relatórios de sustentabilidade do BB, Itaú e Santander, 2010 – 2012).

Assim como em outros nichos de mercado, as empresas do setor bancário estão sujeitas a diversas categorias de riscos corporativos devido à internacionalização dos negócios, às grandes mudanças nas práticas comerciais e aos grandes avanços da tecnologia e da informação ocorridos nos últimos anos, fazendo que aumento da concorrência de produtos e serviços, as mudanças no funcionamento do mercado e a forma de organização das corporações desse segmento tornem-se cada vez mais evidentes.

Diante do exposto, o presente estudo visa responder ao seguinte questionamento: “Como se comportou a evidenciação de riscos corporativos através dos relatórios de sustentabilidade, nas empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012?”.

Com o propósito de buscar respostas à questão levantada, predispuseram-se os seguintes objetivos: o geral, que é analisar o comportamento da evidenciação de riscos corporativos, nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012; e, partindo do objetivo geral, os específicos, que são:

- Descrever riscos corporativos e suas modalidades;
- Discorrer sobre governança corporativa e

evidenciação dos riscos corporativos, destacando os relatórios de sustentabilidade;

- Analisar o comportamento da evidenciação dos riscos corporativos dos relatórios de sustentabilidade, nas empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012, comparando os resultados obtidos entre as empresas no decorrer dos anos analisados.

O estudo parte das hipóteses de que: (1) a evidenciação dos riscos corporativos apresentada pelas empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012, teria se comportado em uma escala evolutiva, em termos de resultados obtidos, durante os anos analisados; (2) a escala de avaliação do comportamento do nível de evidenciação seria homogênea entre as empresas avaliadas.

O presente artigo direciona-se, prioritariamente, à análise do comportamento da evidenciação dos riscos corporativos, utilizando os relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras do setor bancário, sendo elas: Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Santander, durante o período que corresponde aos anos de 2010 a 2012.

Dentre as mais diversas atividades econômicas em que se enquadram as empresas, esta pesquisa estabeleceu foco de atenção nas instituições financeiras, mais precisamente nos bancos que atuam no Brasil. Nesse ambiente, estão presentes tanto bancos nacionais quanto estrangeiros, atuando no país, o que possibilita uma grande diversidade de modelos de gestão.

Todas as instituições analisadas estão sancionadas às leis brasileiras e às regras estabelecidas pelo Banco Central brasileiro, conjunto legal este, que tende a direcionar as instituições a utilizarem indicadores comuns para demonstrar seu desempenho. Assim, torna-se possível inferir que as instituições financeiras despertam interesse nos relatórios de sustentabilidade tanto por mostrar seu desempenho, quanto por analisar o desempenho das empresas que solicitam empréstimos financeiros.

Nessa conjuntura, a apresentação de relatórios e indicadores, ajustados à demanda da sustentabilidade pelas instituições financeiras, possui potencial para se estabelecer como referencial a ser utilizado pelos seus *stakeholders*.

Referente às características metodológicas deste artigo, foram utilizadas consultas bibliográficas, diversificada leitura de artigos acadêmicos e um estudo exploratório nos relatórios GRI – versão G3 –

de sustentabilidade de três empresas que integram o setor bancário brasileiro.

Posteriormente, foi dado um tratamento de análise quantitativa para classificar, de forma binária, 17 indicadores selecionados, que evidenciaram as dimensões de governança e os desempenhos (a) econômico, (b) social-direitos humanos e (c) social-sociedade. Depois de extraídas as informações, estas foram avaliadas, a partir da análise de conteúdo, e apresentadas, através de tabelas e gráficos, com objetivo de demonstrar o resultado obtido acerca do nível de divulgação dos indicadores, realizando-se uma análise comparativa entre os anos que correspondem ao período estudado.

A estrutura deste artigo é composta, inicialmente, por uma introdução ao assunto abordado, seguindo-se pelo referencial teórico, metodologia utilizada na pesquisa, análise dos resultados e, por fim, as conclusões e considerações finais acerca da temática estudada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No conteúdo deste referencial teórico, apresentam-se os riscos corporativos e suas modalidades, a governança corporativa, a transparência (*disclosure*) da divulgação de informações corporativas e o *Global Reporting Initiative* (GRI).

2.1 Riscos Corporativos e Suas Modalidades

Os riscos ocorrem devido às imperfeições do mercado, podendo ser expressos por meio de cálculos estatísticos capazes de provisionar probabilidades de perda ou origens de ameaças relativas à operacionalização das entidades (HOYT; LIDENBERG, 2011).

A palavra risco, muitas vezes, está relacionada a algo ruim, mas, de acordo com Padoveze & Bertolucci (2009, p. 5), “em linhas gerais, o risco pode ser definido como a probabilidade de o resultado real de alguma atividade ser diferente do seu resultado esperado”. A partir desse pressuposto, pode-se depreender que o resultado pode ser favorável ou desfavorável, ou como o próprio autor explica, posteriormente, que risco é quando o resultado real

é diferente do resultado esperado (PADOVEZE & BERTOLUCCI, 2009).

Conforme Padoveze & Taranto (2009, p. 76), “dentro do conceito geral, pode-se definir riscos como eventos futuros incertos, que podem influenciar o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros da organização”. Essa definição não contradiz a anterior, apenas ratifica que acontecimentos inesperados ou imprevistos, que possam modificar os resultados esperados pela empresa, são caracterizados como riscos.

Os riscos estão presentes nos mais diversificados setores e atividades, o objetivo do seu gerenciamento é fazer que as entidades possam prevenir perdas e aproveitar melhor as oportunidades oferecidas dentro do contexto mercadológico no qual estão inseridas.

De acordo com Carvalho, Trapp e Corrar (2005), para que as empresas possam garantir resultados positivos e continuidade do negócio é necessário gerenciarem os riscos envolvidos em suas operações. Dessa forma, destaca-se que o gerenciamento de riscos está ligado aos ganhos e às perdas e que pode ser definido como um evento, esperado ou não, que pode causar impacto no capital ou nos ganhos de uma instituição.

Os riscos corporativos, segundo Padoveze & Bertolucci (2009, p. 6), “são todos os riscos identificáveis, existentes ou futuros, que podem afetar o desempenho financeiro da empresa, sejam eles estratégicos, de gestão ou operacionais”.

Ainda segundo os autores (2009, p. 185), “o risco corporativo é o conjunto de riscos a que a empresa está submetida, de maneira intencional ou não”. Esta última citação define, claramente, a importância do risco corporativo, pois, para se ter uma boa gestão de riscos corporativos, é preciso tentar controlar e até prever eventuais acontecimentos que possam desencadear em riscos para a organização.

Quanto à classificação dos riscos, Zonatto & Beuren (2010) citam que não existe um padrão de categorias de risco, contudo, ao analisar a literatura sobre o assunto, verifica-se que existem categorias comumente mencionadas pelos autores, que são: risco de crédito, risco legal, risco de mercado, risco operacional, risco estratégico e risco de liquidez.

O risco de crédito é definido como a possibilidade de redução do valor real da carteira de clientes de uma empresa gerado pela deterioração na qualidade do crédito dos clientes que compõem esta carteira (CABEDO E TIRADO, 2004). Para Chaia (2003), “é a

perda inesperada decorrente de erro no processo de avaliação da probabilidade de inadimplência do agente contratante do negócio”. Por meio da definição dada pelos autores, verifica-se que esta modalidade de risco está associada diretamente à liquidez e à insolvência da empresa.

O CPC 40 define risco de crédito como o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

O risco legal, segundo Zonatto & Beuren (2010), relaciona-se à legitimidade das organizações, à validade de seus registros e às possíveis perdas em razão da inobservância de dispositivos legais. O risco legal refere-se “às possíveis perdas quando um contrato não pode ser amparado, documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade ou autoridade por parte de um negociador” (DUARTE JUNIOR, 2001, p. 106).

Para Cabedo e Tirado (2004), o risco de mercado deriva de uma variação de preços e taxas determinadas pelo mercado econômico. Conforme Goulart (2003) o risco de mercado representa perdas em decorrência de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, como taxas de juros, taxas de câmbio, preço de ações e de *commodities*.

Já o CPC 40 afirma que o risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juro e outros riscos de preços.

O risco operacional é conceituado pelo Comitê de Basileia – BCBS (2005) como risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas e sistemas ou eventos externos.

Já Trapp & Chan (2003) ressaltam que, devido às exigências em alto nível e às constantes mudanças do mercado financeiro, a gestão de risco operacional é fator preponderante para sobrevivência do negócio.

O risco estratégico, para Zonatto & Beuren, (2010) está associado à maneira com que as organizações são geridas, assim como forças ambientais que estão fora do controle da organização. São consideradas as forças causadoras dos elementos relacionados aos riscos estratégicos, como demanda de clientes e fornecedores, alterações nas características de produtos, tecnologia e assim por diante,

podem comprometer os resultados definidos no planejamento estratégico traçado pela organização, haja vista as possíveis ocorrências adversas que podem surgir (MARTIN, SANTOS; FILHO, 2004).

O risco de liquidez, de um modo geral, é aquele que afeta diretamente os recursos financeiros da instituição. Conforme Padoveze & Bertolucci (2009), o risco liquidez, de certa forma, consolida a realização dos resultados econômicos e financeiros da empresa nos determinados momentos em que se faz a sua avaliação econômica e financeira.

O CPC 40 conceitua o risco de liquidez como aquele risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro. Ao considerar que as entidades devem equilibrar de maneira harmônica as obrigações contratadas, com seus respectivos prazos de pagamento e a geração de recursos em seu caixa e equivalente de caixa para não correrem o risco da falta de liquidez, assim é relevante reduzir a possibilidade de perdas de recursos financeiros para atendimento das obrigações que foram assumidas (CABEDO E TIRADO, 2004).

Para Padoveze & Taranto (2009 p. 194), “a gestão do risco insere-se no conceito sistêmico e pode ser organizada e conciliada em duas áreas de atuação em relação aos ambientes do sistema: ambiente interno e ambiente externo”; considerando o ambiente interno, vê-se o risco em uma perspectiva de conformidade (perspectiva de *conformance*), considerando o ambiente externo, vê-se o risco por uma perspectiva de desempenho (perspectiva de *performance*).

Peleias *et al.* (2013) afirmam que a gestão de riscos corporativos é o procedimento pelo qual as empresas analisam sistematicamente as contingências inerentes às suas atividades e, assim, agregam valor ao seu conjunto de atividades. O objetivo central da gestão de riscos corporativos, portanto, é direcionar esforços para transformar o negativo em positivo e ameaças em oportunidades.

Para que os objetivos da gestão de riscos corporativos possam ser atingidos em sua plenitude, o conhecimento desses é essencial para a empresa e seus *stakeholders*, tornando essencial a transparência de evidenciação deles.

2.2 A Governança Corporativa

O tema governança corporativa surgiu a partir do século XX, com o grande crescimento das empresas privadas e, com isso, a fragmentação do controle administrativo (ANDRADE & ROSSETTI, 2009).

Com o crescimento das empresas e a pulverização da propriedade, através da abertura de capital e a evolução das ações, o papel do gestor, que antes era exercido pelo dono da empresa, passou a ser exercido por um terceiro. Essa separação de comando se fez necessária para que os gestores atendessem os interesses dos proprietários, bem como dos acionistas. Com isso, notou-se que eram necessários mecanismos para que as decisões dos gestores pudessem estar focadas nos interesses dos proprietários e acionistas, para uma maior obtenção de retorno.

A governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando os interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade (IBGC, 2013).

Para Silva (2010), governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital.

A governança corporativa possui como finalidade “a análise dos objetivos das companhias, tendo em vista suas interfaces com as demandas e os direitos de outros ‘constituintes organizacionais’, definidos, genericamente, como *stakeholders*” (ANDRADE & ROSSETTI, 2009).

Di Miceli (2004), em seu estudo sobre governança corporativa e estrutura de propriedade, destaca a importância que tem o tema para as empresas, visto que contribui para um desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando melhorias no desempenho dessas, além de um maior acesso a fontes externas de capital.

Em uma pesquisa desenvolvida por Nascimento *et al.* (2009), buscou-se identificar o nível de evidenciação dos relatórios de administração das empresas brasileiras de carnes e derivados,

que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), e comparar seus desempenhos econômico-financeiros. Nela, constatou-se que, quanto à evidenciação de informações econômico-financeiras, nos relatórios da administração das empresas selecionadas, as participantes do ISE apresentaram o melhor desempenho em relação às empresas do mesmo segmento e, quanto ao desempenho econômico-financeiro, as empresas não participantes do ISE apresentaram melhor desempenho.

A transparência e a evidenciação são tidas como princípios fundamentais para o bom funcionamento da governança corporativa; segundo o IBGC (2013), são princípios da governança corporativa: a transparência (*disclosure*), a equidade (*fairness*), a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade. Outros órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e a *Securities and Exchange Commission* (SEC), exigem níveis mais elevados de divulgação de informações, diminuindo, assim, a assimetria informacional existente entre gestores e investidores.

Com efeito, pode-se concluir, portanto, que a disponibilização e divulgação de informações por parte das empresas é essencial para seus *stakeholders* no processo de tomada de decisão, assim sendo, uma entidade, ao evidenciar de forma adequada e suficiente tais informações, tende a oferecer um maior grau de confiança e segurança na escolha de uma alternativa em detrimento de outra.

2.3 A Transparência (*disclosure*) da Divulgação de Informações Corporativas

A evidenciação de informações por parte das corporações está associada às divulgações que estas entidades disponibilizam aos seus *stakeholders*. A divulgação que “simplesmente quer dizer vinculação de informação” (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999). Nessa concepção, nota-se que a evidenciação pode ser motivada pelo atendimento às normas legais (evidenciação obrigatória) ou realizada de forma voluntária (evidenciação facultativa).

Ressalta-se que a transparência na divulgação das informações, diante do mercado e da sociedade, está inteiramente ligada ao detalhamento dos dados que constam nas demonstrações financeiras, através do relatório de administração e das notas

explicativas, sendo que a evidenciação não deve apenas se prender aos itens obrigatórios, ou seja, compulsórios, mas, também, a todos os fatores relevantes que podem influenciar a organização (ZONATTO & BEUREN, 2010).

Com a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou por meio da Resolução nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de emitir pronunciamentos contábeis para a convergência aos padrões internacionais.

O CPC 00 (R1) e o CPC 26 (R1), O Pronunciamento Conceitual Básico, oficializado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 539/2008 e pela Resolução do CFC nº 1.121/2008, estabeleceu que a apresentação das demonstrações contábeis das entidades públicas e privadas deve atender às características e às necessidades dos seus usuários. No caso de entidades do setor bancário, objeto deste estudo, além das disposições já elencadas, estas devem também seguir as orientações do CPC 39, do CPC 40 e orientações e resoluções do Banco Central do Brasil.

Além das motivações legais, a sociedade tem cobrado um maior grau de transparência das informações por parte das companhias, que têm por motivação o fato de que os *stakeholders* formam a imagem da empresa a partir do que conseguem visualizar nas informações fornecidas pela mesma. Nesse sentido, existe um consenso de que, para atender às necessidades dos usuários, as demonstrações contábeis devem sobrepor a qualquer visão tradicional de divulgar informações apenas sobre o passado das empresas impostas legalmente, já que, fundamentalmente, qualquer investidor tem interesse no futuro da empresa (SILVA & MAGALHÃES FILHO, 2005).

De maneira geral, nota-se que o *disclosure* de algumas empresas excede o requerido por lei. Segundo Verrechia (2001), isso acontece por que os gestores e acionistas majoritários das empresas possuem informações adicionais, cuja divulgação não é obrigatória e, em certos casos, decidem publicá-las de forma voluntária.

É válido ressaltar que o *disclosure* voluntário acarreta custos como, por exemplo: na preparação e auditoria das demonstrações contábeis e custos de oportunidade do pessoal envolvido nesse trabalho (LEUZ; WYSOCKI, 2008), custos de propriedade (VERRECHIA, 2001).

No Brasil, pode-se destacar, também, o custo de publicação das demonstrações contábeis no Diário Oficial do Estado e em jornais de grande circulação. Embora também existam benefícios, Scheinkman, *apud* Giuntini (2002, p. 5), afirma que há evidências de que os países que oferecem melhor governança, com um grau de evidenciação mais apropriado, apresentam mercados acionários relativamente maiores, em que a avaliação de mercado das empresas, medida por meio da relação entre valor de mercado e valor patrimonial, é, comparativamente, maior. O CPC 00 R1 (estrutura conceitual da contabilidade) menciona a relação custo *versus* benefício como um dos argumentos utilizados pelas empresas para não praticar a evidenciação plena.

Sob a ótica da dualidade entre custos e benefícios da divulgação voluntária, a Teoria da Divulgação baseada no Julgamento, também conhecida como a Teoria do *Disclosure* Voluntário, na qual, segundo Verrecchia (2001), examinam-se quais os incentivos que os gestores e as empresas têm para divulgar informações de forma voluntária. Partindo da concepção de que o *disclosure* voluntário acontecerá quando houver mais benefícios que custos para os gestores e empresas (DYE, 2001). Nessa perspectiva, percebe-se que o ato voluntário de aumentar o grau de evidenciação acontece após uma análise ou julgamento prévio.

Os gestores tenderiam a divulgar, voluntariamente, apenas informações positivas de acordo com a Teoria do *Disclosure* Voluntário, (DYE, 2001). Porém, o usuário racional pode interpretar a informação não divulgada como uma informação negativa (VERRECCHIA, 2001).

Por dedução lógica, se os investidores sabem que o gestor possui determinada informação e não a divulga, eles, racionalmente, admitirão que a informação não seja favorável para a empresa. Sendo assim, poderiam assumir que o valor da empresa pode estar superestimado, o que os levaria a vender as ações da empresa e, conseqüentemente, a uma redução do valor de mercado da empresa (DYE, 1985).

A problemática mencionada nos convence da diferença que existe da posse de informações relevantes entre os controladores da empresa e seus acionistas. A evolução sociedade capitalista vigente resulta, de certo modo, no conflito de interesses entre os proprietários e a administração da empresa.

Ressaltam-se, portanto, no cenário atual, as empresas que têm o comprometimento de

divulgar seus resultados, lucros e prejuízos para os órgãos, empresas, funcionários e demais pessoas interessadas em conhecer o desenvolvimento e andamento da instituição. Esses relatórios deixaram de ser apenas numéricos, contábeis, deixaram de abordar apenas o financeiro das empresas, todos os fatores passaram a ser analisados, sejam eles financeiros, econômicos, sociais, ambientais, governamentais etc.

2.4 Evidenciação dos Riscos Corporativos

As instituições podem se utilizar de diversos meios para divulgação, como mídias combinadas – com relatórios publicados pela Internet (por exemplo, *websites* ou *CD-ROM*) e também impressos em papel – ou escolher somente uma mídia. O importante é proporcionar aos usuários o acesso a um conjunto completo de informações (MARCOVITCH, 2012).

Os relatórios de sustentabilidade são muito úteis nessas divulgações. Dentre tantas finalidades, esses relatórios evidenciam, com clareza, os riscos corporativos aos quais as organizações estão expostas.

De acordo com as DERS – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade – GRI (2000-2007, p. 4), “elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável”.

Esses relatórios têm um padrão específico a ser seguido. As organizações, ao divulgá-los, não podem reter informações, sejam elas boas ou ruins. De acordo com as DERS – GRI (2000 – 2007, p. 4), “um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas”.

No que se refere à evidenciação de riscos corporativos, observa-se a publicação de estudos nacionais e internacionais. Dentre os estudos realizados no âmbito internacional que abordam essa temática, destacam-se os seguintes autores: Amran, Elzahar e Hussainey (2012), Bin e Hassan (2008), Linsley e Shrives (2006).

Amran, Elzahar e Hussainey (2012) realizaram um estudo que objetivava examinar os fatores determinantes no nível de evidenciação de riscos nos relatórios de administração em uma amostra de 72 empresas não financeiras do Reino Unido. A pesquisa mostrou que as grandes empresas teriam uma tendência maior em divulgar mais informações sobre os riscos.

Bin e Hassan (2008) realizaram uma pesquisa sobre a divulgação de riscos nos relatórios anuais das empresas da Malásia. Os autores realizaram um estudo exploratório, realizando, também, a análise de conteúdo dos relatórios anuais de uma amostra de 100 empresas cotadas na bolsa de valores da Malásia, utilizando como parâmetro de comparação a evidenciação de estudos anteriores realizados com empresas do Reino Unido. Os autores concluíram que o nível de evidenciação das informações de riscos pelas empresas estudadas da Malásia é era menor em relação ao das empresas do Reino Unido.

Linsley e Shrivies (2006) realizaram um estudo exploratório, utilizando a metodologia de análise de conteúdo, nos relatórios anuais das divulgações de riscos em uma amostra de 79 empresas do Reino Unido. Os autores procuraram verificar a existência de associação entre o número de divulgações de risco e o porte das empresas e a existência associação entre o número de divulgações de riscos e o nível de risco ambiental. Os estudos concluíram a não existência de nenhuma das associações analisadas.

No que se refere a estudos nacionais sobre evidenciação de riscos corporativos, pode-se destacar os pesquisadores Zonatto & Beuren (2010), Fernandes, Silva e Santos (2008).

O trabalho de Zonatto & Beuren (2010) tratou da evidenciação da gestão de riscos, com base nos ambientes sugeridos pelo COSO das empresas brasileiras com emissão de ADRs e na bolsa NYSE no ano 2007, por meio de um estudo descritivo e com a utilização da análise de conteúdo em uma amostra de 28 empresas. A pesquisa concluiu que o ambiente que apresentava o maior nível de evidenciação foi o de controle, e o ambiente que apresentou o menor nível de evidenciação foi o de resposta ao risco. Por meio destes resultados, os autores concluíram que não haveria, nas empresas e no ano analisado, um nível de divulgação equilibrado entre os ambientes.

Fernandes, Silva e Santos (2008) realizaram um estudo que se tratava de um levantamento das práticas de divulgação sobre riscos adotadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa que pertenciam

ao Novo Mercado e divulgadas em seus relatórios anuais. O estudo também se utilizou da análise de conteúdo e de uma amostra de 99 empresas. Os autores chegaram à conclusão de que as empresas analisadas apresentavam em sua média níveis baixos de evidenciação.

2.5 *Global Reporting Initiative (GRI)*

O mercado de capitais necessita de informações precisas para desenvolver de forma eficiente e efetiva as análises de desempenho das empresas. No entanto, em alguns casos é possível observar empresas que apresentam escassez de informações para o mercado de capitais, não atendendo à crescente demanda por maior transparência corporativa nas áreas que envolvem a linha das três dimensões: econômica, social e ambiental.

Segundo Tinoco (2010), a solidez das empresas não resulta apenas dos indicadores econômico-financeiros, mas também do seu desempenho social e ambiental. Nesse sentido, o autor aponta o *Global Reporting Initiative (GRI)* como uma importante ferramenta para as empresas divulgarem o desempenho de uma atuação sustentável.

Apesar de o GRI fornecer diretrizes para divulgação do desempenho das empresas, o nível de detalhamento dos relatórios gerados pode variar de empresa para empresa, pois as informações fornecidas refletem diferentes modelos de gestão e opiniões sobre o que é apropriado ser reportado. Esses documentos, denominados como relatórios de sustentabilidade, materializam-se na principal ferramenta de comunicação do desempenho das empresas, e são voltados a medir e certificar as empresas com parâmetros que vão além da questão da transparência e da boa governança corporativa. Entretanto, os autores apontam o modelo de relatório da *Global Reporting Initiative (GRI)* como o mais completo e mundialmente difundido, pois este se propõe a medir e certificar as empresas com parâmetros que expressem o impacto de suas atividades na sociedade e no meio ambiente (TINOCO, 2010).

Os Relatórios de Sustentabilidade que seguem as diretrizes GRI têm diversos indicadores, são eles: desempenho econômico, desempenho social e desempenho ambiental, DERS – GRI (2000 – 2007). O desempenho econômico evidencia os impactos

econômicos sofridos pela organização. Segundo DERS – GRI (2000 – 2007), “eles ilustram o fluxo de capital entre as diferentes partes interessadas e os principais impactos econômicos da organização sobre toda a sociedade”. O desempenho social trata dos impactos nos sistemas sociais da organização. Conforme DERS – GRI (2000 – 2007), “identificam aspectos de desempenho fundamentais no que se refere a práticas laborais, a direitos humanos, à sociedade e à responsabilidade”.

Já os indicadores ambientais referem-se aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com os consumos (por exemplo: matérias-primas, energia e água) e com a produção (por exemplo: emissões, efluentes e resíduos). Esses indicadores englobam ainda o desempenho relacionado com a biodiversidade, com a conformidade ambiental e com outras informações relevantes, tais como despesas com o meio ambiente e os impactos de produtos e serviços (DERS – GRI, 2000 – 2007).

A definição de GRI mostra sua importância para com os relatórios de sustentabilidade, segundo (MARCOVITCH, 2012, p. 64),

O GRI é instrumento apropriado para as organizações apontarem suas práticas de sustentabilidade. É um relatório criado com a finalidade de atender as organizações de todos os portes, setores ou locais, que possibilita incluir conteúdos gerais e específicos sobre o desempenho socioambiental das organizações.

O índice GRI é estruturado por códigos que são relacionados aos tópicos abordados. No caso dos ambientais, o código utilizado do índice é o EN, e são abordados temas como: materiais, energia, água, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, transporte etc., já os índices sociais são divididos em 4 categorias identificadas como: LA – práticas trabalhistas e trabalho decente; HR – direitos humanos; SO – sociedade; e PR – responsabilidade do produto. Dentre os temas abordados, estão: saúde e segurança do trabalho, treinamento e educação, trabalho infantil, não discriminação, comunidade, corrupção, políticas públicas, saúde e segurança do cliente, privacidade do cliente, entre outros (Informações coletadas no *site* oficial do GRI).

Para que as respostas estejam dentro dos padrões do índice GRI, devem ser fornecidas e indicadas a qual item do GRI se referem dentro do relatório

de sustentabilidade. A identificação é feita com o código do índice destacado abaixo de cada resposta, seja ela subjetiva, em tabelas ou em gráficos.

O conteúdo do GRI determina padrões a serem seguidos pela entidade no sentido de assegurar uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho da organização. A qualidade das informações possibilita a realização de avaliações de desempenho consistentes e justas, pelos *stakeholders* (MARCOVITCH, 2012). A partir desse modelo, o presente estudo apresenta uma base consistente para buscar identificar a evidenciação de riscos setor bancário brasileiro.

3 METODOLOGIA

A teoria que sustentou a presente pesquisa foi composta por conceito de riscos corporativos, governança corporativa e evidenciação de riscos corporativos. Caracteriza-se como descritiva, no que se refere aos seus procedimentos técnicos; e quantitativa, quanto à abordagem do problema, com a realização de análise documental e estudo de caso.

Segundo Voss *et al.* (2002), o estudo de caso é um dos mais poderosos métodos de pesquisa em gestão de operações. Ao se utilizar esse método para entender uma teoria, permite-se ver o quão generalizável ela é e em que contexto se aplica. Trata-se de um método adequado a este trabalho, que visa analisar o comportamento da evidenciação dos riscos corporativos dos relatórios de sustentabilidade.

O universo de empresas do setor bancário que estavam listadas no *site* do BM&FBOVESPA em 2013 foi utilizado, inicialmente, para pesquisa exploratória. Nessa relação, constavam 26 bancos. A etapa seguinte foi visitar cada um dos *websites* para coletar os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2010 a 2012, que continham sumário GRI. Essa listagem pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1: Relação de bancos listados no BM&FBOVESPA.

RELAÇÃO DE BANCOS LISTADOS NO BM&FBOVESPA	Relatórios de Sustentabilidade com Sumário GRI Disponíveis de 2010 a 2012	
	SIM	NÃO
1. ALFA HOLDINGS S.A. ALFA HOLDING		X
2. BANESTES S.A. - BCO EST ESPÍRITO SANTO BANESTES		X
3. BCO ABC BRASIL S.A. ABC BRASIL N2		X
4. BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. ALFA INVEST		X
5. BCO AMAZÔNIA S.A. AMAZÔNIA		X
6. BCO BRADESCO S.A. BRADESCO N1		X
7. BCO BRASIL S.A. BRASIL NM	X	
8. BCO BTG PACTUAL S.A. BTGP BANCO		X
9. BCO DAYCOVALS S.A. DAYCOVAL N2		X
10. BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE BANESE		X
11. BCO ESTADO DO PARÁ S.A. BANPARÁ		X
12. BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. BANRISUL N1		X
13. BCO INDUSVALS S.A. INDUSVAL N2		X
14. BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A. MERC INVEST		X
15. BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. MERC BRASIL		X
16. BCO NORDESTE DO BRASIL S.A. NORD BRASIL		X
17. BCO PAN S.A. BANCO PAN N1		X
18. BCO PATAGÔNIA S.A. PATAGÔNIA DR3		X
19. BCO PINES S.A. PINEN2		X
20. BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. SANTANDER BR	X	
21. BCO SOFISA S.A. SOFISA N2		X
22. BRB BCO DE BRASÍLIA S.A. BRB BANCO		X
23. CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. ALFA CONSORC.		X
24. ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. ITAÚ UNIBANCO N1	X	
25. ITAUSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. ITAUSA N1		X
26. PARANÁ BCO S.A. PARANÁ N1		X

Fonte: BM&FBovespa (2013).

Após a coleta dos relatórios anuais de sustentabilidade, verificou-se que apenas três empresas brasileiras do setor bancário disponibilizaram os dados que possibilitassem a realização desta pesquisa. Ressalta-se que todas as empresas adotaram, no decorrer dos anos analisados, o GRI – versão G3.0 –, o que foi importante para conferir comparabilidade de resultados. Assim, a amostra foi composta por: Banco do Brasil, Santander e Itaú Unibanco.

A seguir, abordam-se os procedimentos relativos à coleta e à análise dos dados.

3.1 Coleta e Análise de Dados

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo consiste em representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, em um estado

ulterior, realizando operações que facilitem a sua consulta e referenciação.

O tratamento documental considera a extração científico-informativa, que se propõe a ser um reflexo objetivo da fonte original, identificando as novas mensagens subjacentes no documento.

Pimentel (2001) descreve a prática da análise documental de forma que o ato de organizar o material signifique processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como: fichamento, levantamento qualitativo e quantitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio.

Assim, pode-se concluir que, para analisar informações, é preciso realizar um tratamento documental pelo seu conteúdo, assunto ou teor textual, ou pela sua forma, apreciação estrutural e temática na organização da informação, pois cada tipo de documento tem uma forma própria e, a partir da análise da sua estrutura, é que se identificam os conceitos expostos nele (NASCIMENTO, 2009).

A análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Com a demarcação do universo (gênero de documentos sobre os quais se pôde efetuar a análise), seguida à constituição do *corpus* (conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos), no método, foi adotada a análise de conteúdo abordada por Bardin (2009) cujas fases se organizam em três polos cronológicos: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Sendo assim, elaborou-se um constructo, ao passo que se evidencie o objetivo previamente traçado pelo estudo proposto, demonstrando sua dimensão e respectivas categorias, baseados no modelo GRI – versão 3.0.

Para o presente estudo, foram escolhidos 17 indicadores do relatório de sustentabilidade, conforme as DERS – GRI (2000 – 2007). A seleção dos 17 indicadores seguiu os seguintes critérios:

- Pertencerem à parte 2 do GRI (informações padrão) e refletirem riscos corporativos. Justifica-se a utilização desse critério pelo fato de, conforme o DERS – GRI (2000 – 2007, essas informações deverem ser incluídas em relatórios de sustentabilidade por se tratarem de diretrizes que identificam informações relevantes e indispensáveis para a maioria das organizações e úteis para a maioria das partes;
- Pertencerem aos grupos de governança, desempenho econômico e desempenho social que refletissem as modalidades de riscos identificadas no construto teórico deste artigo.

Ao adotar os critérios detalhados anteriormente, chegou-se em 17 indicadores, assim divididos:

- Indicadores de Governança – 4.9 e 4.11;
- Indicadores de Desempenho Econômico – EC1, EC2, EC3, EC4, EC8 e EC9;
- Indicadores de Desempenho Social categoria Direitos Humanos – **HR1, HR2 e HR3;** e categoria Sociedade – **SO2, SO3, SO4, SO5, SO6 e SO7.**

O Quadro 2 apresenta a descrição do que se refere cada indicador e a tabela 1 evidencia a pontuação máxima referente a cada indicador; ao final, a totalização da pontuação que a empresa poderá atingir, conforme DERS – GRI (2000 – 2007):

Quadro 2: Indicadores GRI escolhidos.

GOVERNANÇA	
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e a gestão do desempenho econômico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceitas, códigos de conduta e princípios.
4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma.

DESEMPENHO ECONÔMICO	
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indenizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo.
EC8	Desempenho e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam, essencialmente, o benefício público através de envolvimento comercial, em gêneros ou <i>pro bono</i> .
EC9	Descrição e análise dos impactos econômicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.
DESEMPENHO SOCIAL – Direitos Humanos	
HR1	Porcentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou foram submetidos à análise requerentes aos direitos humanos.
HR2	Porcentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.
DESEMPENHO SOCIAL – Sociedade	
SO2	Porcentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
SO3	Porcentagem de trabalhadores que tenham efetivado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
SO6	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitruste e práticas de monopólio bem como os seus resultados.

Fonte: DERS – GRI (2000 – 2007).

Depois de selecionados os indicadores, adotou-se a metodologia utilizada por Sousa *et al.* (2014), que parte da atribuição binária de pontos seguida da elaboração de 4 escalas de classificação (ruim, mediana, boa e ótima).

Dessa maneira, foram realizadas análises do sumário GRI e cada uma das páginas do relatório de sustentabilidade, que este relacionava, que contava a publicação do indicador. A verificação das páginas foi realizada no intuito dar maior segurança aos resultados. Atribuiu-se pontuação binária, conferindo uma pontuação de **0**, para informar que o indicador não foi publicado e a pontuação de **1**, para os relatórios em que os indicadores encontravam-se devidamente publicados.

Ressalta-se ainda que, no mesmo sentido em que o resultado da análise binária refletiu apenas na presença ou não do indicador no relatório, não sendo verificada se as informações eram verídicas, motivos da não evidenciação do indicador, nem

mesmo se estes indicadores obedeciam-se os padrões indicados no protocolo GRI.

Nesse sentido, observa-se, na tabela 1, como ficou dividida a pontuação máxima que cada empresa pode atingir por indicador, sendo que os grupos governança, econômico, direitos humanos e social poderiam obter a pontuação mínima de **0** e a pontuação máxima de **2, 6, 3 e 6**, respectivamente.

Tabela 1: Pontuação máxima de cada tipo indicador a partir da pontuação binária sugerida por Sousa *et al.* (2014).

INDICADORES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
GOVERNANÇA	2
ECONÔMICO	6
DIREITOS HUMANOS	3
SOCIAL	6
Total	17

Fonte: Elaborada pelos autores mediante escolha dos indicadores.

Baseando-se na metodologia de criação de nível de classificação, utilizada para se classificar o nível de desempenho no estudo de Sousa *et al.* (2014), foi elaborada a tabela 2, que cria um nível de classificação em uma escala de **0% a 100%**.

Tabela 2: Nível de classificação por escala de avaliação em percentual.

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	ESCALA DE AVALIAÇÃO
RUIM	0 a 25%
MEDIANO	26% a 50%
BOM	51% a 75%
ÓTIMO	76% a 100%

Fonte: Elaborada por Sousa *et al.* (2014).

No desenvolvimento do presente estudo, foram utilizadas tabelas e gráficos para as análises, conforme se apresenta na análise de resultados a seguir.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados foram coletados para realizar um estudo de caso, analisando o comportamento da evidenciação dos riscos pelas empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012. Os resultados obtidos são verificados a seguir.

4.1 A gestão de Riscos nas Empresas Analisadas

As instituições bancárias analisadas têm, individualmente, suas práticas de governança corporativa e gestão de riscos e, embora se tenha um manual de práticas, cada uma desenvolve sua gestão conforme seus objetivos, missão e cultura.

O Banco do Brasil caracteriza sua gestão de riscos de forma relevante para prevenir e corrigir fragilidades, como também reduzir perdas e fortalecer a cultura dos riscos. Conforme descreve o Relatório Anual do Banco do Brasil (2010, p. 76),

Com o objetivo de prevenir, corrigir ou inibir fragilidades que possam gerar riscos para o BB, assim como reduzir perdas e fortalecer a cultura de riscos, utiliza-se como instrumento

de gestão a ferramenta denominada Recomendação Técnica de Risco (RTR), emitida às áreas gestoras de processos ou produtos caso seja necessária a adoção de ação de mitigação de perdas ou para garantir o cumprimento das responsabilidades definidas nas fases de gestão de riscos.

O Itaú trata da relevância da gestão de riscos de forma a visar à maximização e à criação de valor para os acionistas. De acordo com o Relatório Anual do Banco Itaú (2011, p. 48),

Para otimização do uso de recursos e a seleção das melhores oportunidades de negócios, a gestão de riscos tem como objetivo mapear eventos de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento dos objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do banco.

No Santander, a relevância da gestão de riscos funciona para elaborar políticas e estratégias a fim de reduzir os riscos. Segundo o Relatório Anual do Banco Santander (2012, p. 36),

O banco opera de acordo com as políticas de risco do Grupo Santander, em linha com os objetivos de desempenho locais e globais. Segue as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Diante do modelo e foco da gestão de riscos de cada empresa analisada, fica clara a individualidade na gestão, conforme as citadas definições de cada instituição.

4.2 Análise Comportamental da Evidenciação de Riscos Corporativos nos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor Bancário durante o Período de 2010 a 2012

Para realizar uma análise comparativa das três organizações identificadas como amostra, utilizando os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2010 a 2012, foi realizada uma análise binária, atribuindo uma pontuação de **0** para quem não publicou o indicador e a pontuação de **1** para as que tiveram os relatórios em que os indicadores encontravam-se publicados. Os resultados obtidos encontram-se identificados na tabela 3.

Tabela 3: Pontuação obtida pelas empresas em cada indicador durante os anos de 2010 a 2012.

INDICADORES	EMPRESAS 2010			EMPRESAS 2011			EMPRESAS 2012			TOTAL	%
	BB	ITAÚ	SANTANDER	BB	ITAÚ	SANTANDER	BB	ITAÚ	SANTANDER		
GOVERNANÇA											
4.9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
4.11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
ECONÔMICO											
EC1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
EC2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
EC3	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5	56%
EC4	1	1	1	1	1	1	0	1	1	8	89%
EC8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
EC9	1	1	0	1	1	0	1	1	0	6	67%
DIREITOS HUMANOS											
HR1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	7	78%
HR2	1	1	1	0	1	1	1	1	1	8	89%
HR3	0	0	1	0	0	1	0	0	1	3	33%
SOCIAL											
SO2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
SO3	1	1	1	1	0	1	1	1	1	8	89%
SO4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
SO5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
SO6	1	1	1	1	1	0	0	1	1	7	78%
SO7	1	0	1	1	0	0	0	1	0	4	44%
Pontuação Total	16	15	16	14	13	13	12	15	14	128	
% Total / Empresa	94%	88%	94%	82%	76%	76%	71%	88%	82%	84%	

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme os relatórios de sustentabilidade de cada empresa durante os anos de 2010 a 2012.

O nível de evidenciação das empresas foi classificado como ruim, mediano, bom ou ótimo, conforme exposto na tabela 2, de acordo com seus desempenhos na análise geral de seus grupos de indicadores (governança, desempenho econômico, desempenho social – direitos humanos e desempenho social – sociedade).

Ao observar a tabela 3, pode-se notar que o nível de divulgação, no que se refere ao indicador de governança das empresas analisadas, durante o ano de 2010, foi total, pois todas atingiram 2 pontos.

Referente ao indicador de desempenho econômico, pode-se observar que o Banco Santander optou por não divulgar um indicador, já o Banco do Brasil e o Banco Itaú atingiram o nível máximo de divulgação, com 6 pontos.

No nível de divulgação do desempenho de direitos humanos, foi observado que o Banco do Brasil e o Banco Itaú não divulgaram um indicador,

mas o Banco Santander atingiu o nível máximo de divulgação, com 3 pontos.

O indicador social obteve nível máximo de divulgação no Banco do Brasil e no Banco Santander, com 6 pontos. Nota-se que o Banco Itaú não atingiu esse nível, pois deixou de divulgar um indicador.

Considerando-se a pontuação máxima para governança 2, econômico 6, direitos humanos 3 e social 6, todas evidenciaram, em 2010, e não houve heterogeneidade (grandes diferenças) entre os indicadores.

Pode-se observar que, no ano de 2011, todas as empresas analisadas, tabela 3, obtiveram nível máximo de divulgação do indicador de governança, com 2 pontos.

Referente ao indicador de desempenho econômico, os Bancos do Brasil e Itaú atingiram o nível máximo de pontuação, já o Banco Santander optou por não divulgar 2 indicadores.

No que se refere à divulgação do desempenho de direitos humanos, o Banco Santander foi o único que obteve o nível máximo de divulgação, com 3 pontos, tendo pontuações 0 e 1, respectivamente, o Banco do Brasil e o Banco Itaú.

O nível de divulgação do desempenho social teve apenas o Banco do Brasil com pontuação máxima 6 pontos, já o Banco Itaú e o Banco Santander atingiram apenas 4 pontos, pois não divulgaram 2 indicadores.

Observou-se que, no ano de 2011, houve discrepâncias entre as dimensões de classificação dos indicadores, conforme explicação dada nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Essas heterogeneidades ocorreram devido à crise financeira que houve durante esse ano, pois, com a escassez de recursos, as instituições optam por investir nos setores de maior relevância para as empresas.

Conforme informações de classificação dos níveis de evidenciação da tabela 3, durante o ano de 2012, as três empresas atingiram o nível máximo de desempenho do indicador de governança.

No nível de desempenho econômico, obtiveram o Banco do Brasil e o Banco Santander 4 pontos, pois não divulgaram dois indicadores, já o Banco Itaú teve 5 pontos, pois deixou de publicar apenas um indicador.

Referente ao nível de desempenho de direitos humanos, o Banco Santander obteve pontuação máxima, com 3 pontos, mas, por deixar de divulgar um indicador, os Banco do Brasil e Itaú atingiram apenas 2 pontos.

Quanto ao desempenho social, o Banco Itaú foi o único a atingir o nível máximo, com 6 pontos, o Banco do Brasil teve apenas 4 pontos e o Banco Santander obteve 5 pontos.

Analisando a tabela 3, pode-se notar que todas as empresas obtiveram nível máximo de divulgação, em todos os anos, nos indicadores de governança.

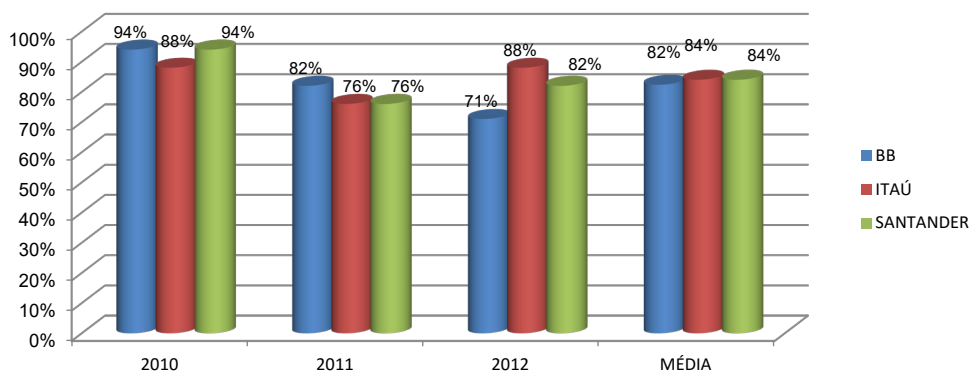
Quanto ao nível de divulgação do indicador econômico, o Banco do Brasil deixou de divulgar, no ano de 2012, apenas os indicadores, o EC3 e o EC4; o Banco Itaú obteve nível máximo de divulgação do desempenho econômico, nos anos de 2010 e 2011, apenas em 2012 deixou de divulgar um indicador, que foi o EC3; já o Banco Santander, em 2010, não divulgou o indicador EC9 e, nos anos de 2011 e 2012, deixou de divulgar os indicadores EC3 e EC9.

Em relação ao nível de desempenho do indicador de desempenho social-direitos humanos, o Banco do Brasil, em 2010 e 2012, não divulgou o indicador HR3 e, em 2011, não divulgou nada; o Banco Itaú, em 2010 e 2012, também não divulgou o indicador HR3 e, em 2011, divulgou apenas o HR2; já o Banco Santander obteve nível máximo em todos os anos analisados.

Referente ao nível de desempenho dos indicadores de desempenho social- sociedade (expressos na tabela 3), o Banco do Brasil, em 2010 e 2011, atingiu nível máximo de pontuação, apenas, em 2012, deixou de divulgar dois indicadores, o SO6 e o SO7; o Itaú, em 2010, deixou de divulgar o indicador SO7, em 2011, deixou de divulgar dois indicadores, o SO3 e o SO7, e só, em 2012, obteve pontuação máxima; o Banco Santander, em 2010, atingiu nível máximo, em 2011, não divulgou dois indicadores, o SO6 e o SO7, e, em 2012, deixou de divulgar apenas o SO7.

Baseando-se no percentual total de cada empresa, por ano descrito na tabela 3, foi elaborado o gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual total de evidenciação de indicadores atingidos por cada empresa, por ano, de 2010 a 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores, conforme os relatórios de sustentabilidade de cada empresa durante os anos de 2010 a 2012.

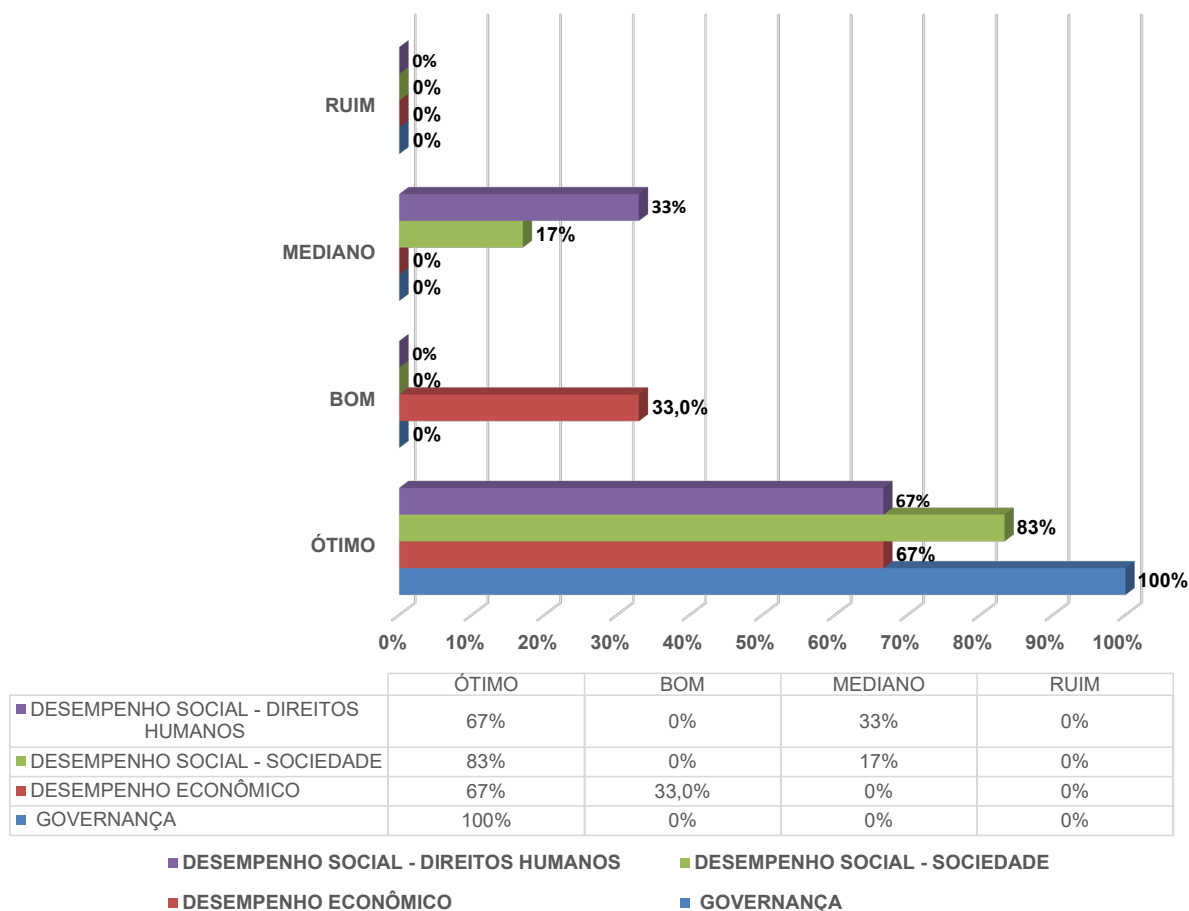
Através da análise do gráfico 1, pode-se obter um nível de classificação para as empresas, durante os anos de 2010 a 2012. O Banco do Brasil obteve, em 2010, 94% de divulgação, atingindo, assim, um nível ótimo de classificação. Em 2011, se manteve no mesmo nível, embora tenha caído 12%. Somente, em 2012, que o nível baixou para bom, pois ficou abaixo de 76% de divulgação.

Em 2010, o Banco Itaú atingiu 88% de divulgação, ficando, assim, classificado no nível ótimo, embora, em 2011, tenha caído para 76%. Conseguiu manter-se no nível e, em 2012, conseguiu aumentar, novamente, sua divulgação para 88%, continuando no mesmo nível de classificação.

O Banco Santander, em 2010, tinha 94%, em 2011, caiu para 76% e, em 2012, aumentou um pouco o percentual para 82%, assim, não saiu do nível ótimo em nenhum dos anos.

Verificou-se (tabela 3), portanto, que o nível total de evidenciação das três empresas estaria em 84%, o que se encaixa em nível ótimo. Ainda, em relação aos resultados expressos na tabela 3, pode-se verificar o nível de divulgação total das três empresas, no decorrer dos três anos, por indicador. Averiguou-se, também, que, dos 17 indicadores, 13 indicadores receberam classificação de evidenciação em nível ótimo, destes 8, foram divulgados 100%. Observa-se, também, que dois indicadores (EC3 e EC9) receberam classificação como bom e dois (HR3 e SO7) receberam classificação mediana de evidenciação. Essas informações, vinculadas aos quatro grupos de indicadores de desempenho tratados neste estudo, encontram-se apresentadas o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Percentual total de evidenciação dos grupos de indicadores atingidos de 2010 a 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores, conforme os relatórios de sustentabilidade de cada empresa, durante os anos de 2010 a 2012.

A partir da análise do gráfico 2, pode-se perceber, sobre o percentual total de evidenciação dos grupos de indicadores atingidos de 2010 a 2012, que, dos indicadores escolhidos para análise, os 4 grupos apresentaram-se a maioria em nível de evidenciação considerado ótimo, destacando-se o grupo de governança, que atingiu 100% e de desempenho social-sociedade, com 83% de divulgação ótima.

Ressalta-se que nenhum dos grupos apresentou nível de divulgação considerado como ruim.

O grupo de indicadores pertencentes ao desempenho econômico apresentaram-se 67% em nível ótimo e 33% em nível bom.

Destaca-se, também, a evidenciação dos indicadores de desempenho social-sociedade, em que 83% estavam em nível ótimo e 17% nível bom. Já a evidenciação dos indicadores de desempenho social-direitos humanos demonstrou que 67% estavam em nível ótimo e 33% nível mediano.

Com efeito, o nível global de evidenciação das empresas e dos estudados foi de 84%, o que encaixa o grupo em um nível tido como ótimo. Contudo, ressalta-se que os resultados desta pesquisa estão focados apenas na divulgação ou não do indicador em seu relatório de sustentabilidade, não se pode concluir sobre a qualidade desta divulgação, bem como a veracidade do que foi publicado.

A partir do apresentado, verificou-se que o presente estudo encontrou resultados diferentes das pesquisas realizadas por Zonatto e Beuren (2010) e Fernandes, Silva e Santos (2008). Destaca-se que Zonatto e Beuren (2010) concluíram que não haveria um não nível de divulgação equilibrado entre os ambientes sugeridos pelo COSO das empresas brasileiras com emissão de ADRs e na bolsa NYSE, durante o ano de 2007, sendo um estudo mais aprofundado, pois o presente estudo analisou apenas um dos ambientes (evidenciação de riscos), empresas de um único setor e amostra de apenas três empresas.

No que se refere aos resultados obtidos por Fernandes, Silva e Santos (2008), que realizaram um estudo que tratava de um levantamento das práticas de divulgação sobre riscos, adotadas pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA, que pertenciam ao Novo Mercado e divulgadas em seus relatórios anuais em que os autores chegaram à conclusão de que as empresas analisadas apresentavam em sua média níveis baixos de evidenciação. Na pesquisa aqui realizada, verificou-se nível ótimo de evidenciação, também, por ser uma análise mais restrita, já

que o estudo de Fernandes, Silva e Santos (2008) utilizaram uma base muito mais ampla de empresas para amostra (99), uma variedade de setores e um grupo de indicador bem superior que este estudo.

Conclui-se, portanto, que, para que os objetivos da gestão de riscos corporativos possam ser atingidos em sua plenitude, o conhecimento destes é essencial para a empresa e para seus *stakeholders*. Nesse sentido, o conhecimento desses riscos se origina de um conjunto informacional baseado na transparência de evidenciação deles.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar que os riscos estão presentes nos mais diversos setores e atividades e que seu gerenciamento é utilizado como método para prevenção das perdas, para que as empresas possam garantir a estimativa de resultados positivos, é necessário que se gerenciem todos os possíveis riscos envolvidos em suas operações.

Gerir riscos corporativos trata-se de um assunto de grande relevância para as empresas, pois está atrelado à sua sustentabilidade empresarial sob várias dimensões. Considerando-se que o mercado atual exige transparência das ações empresariais com os *stakeholders*, as empresas podem se utilizar de vários meios para evidenciar seus riscos corporativos.

As organizações do setor bancário brasileiro estudadas, no que diz respeito à divulgação dos relatórios de sustentabilidade, apresentaram um nível médio de 84%, que as encaixam como divulgação ótima, estes aspectos são relevantes para as entidades que visam o próprio crescimento do setor e maior credibilidade para com os seus *stakeholders*.

A análise realizada respondeu ao problema e atingiu aos objetivos na medida em que foi apresentado o comportamento da evidenciação dos riscos, conforme os relatórios de sustentabilidade nas instituições analisadas e demonstrando que o comportamento da evidenciação dos riscos corporativos das empresas, em um todo, foi muito favorável diante da análise realizada com os indicadores escolhidos.

As empresas apresentaram níveis similares de evidenciação, com alguns pontos de declínio dentre

os indicadores analisados, entre os anos de 2010 a 2012.

Verificou-se, assim, que o Banco do Brasil precisa melhorar seu nível de evidenciação, pois obteve queda de 2010 a 2012; o Itaú teve um declínio em 2011, mas conseguiu se recuperar em 2012; e o Santander obteve uma queda em 2011, já, em 2012, conseguiu melhorar um pouco, não conseguindo apenas superar a pontuação de 2010.

As hipóteses analisadas não foram aceitas, visto que a evidenciação dos riscos corporativos apresentada pelas empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012 não se comportou em uma escala evolutiva, em termos de resultados obtidos entre os anos analisados; verificou-se, também, que a escala de avaliação do comportamento da evidenciação não se apresentou de maneira homogênea entre as empresas avaliadas, pois mesmo a maioria das empresas se classificarem, em termos agregados, em nível ótimo, o Banco do Brasil regrediu para nível bom.

Com relação aos resultados verificados sobre o percentual total de evidenciação dos grupos de indicadores atingidos de 2010 a 2012, observou-se que, dos indicadores escolhidos para análise, os 4 grupos apresentaram a maioria em nível de evidenciação considerada ótima, destacando-se o grupo de governança, que atingiu 100%; e desempenho social-sociedade, com 83% de divulgação ótima. Ressalta-se que nenhum dos grupos apresentou nível de divulgação considerado como ruim.

Como restrições encontradas durante a pesquisa, pode-se constatar que a falta de divulgação dos relatórios de sustentabilidade nos *websites* fez com que a amostra de empresas se restringisse a apenas três.

As conclusões aqui obtidas encontram-se restritas às empresas, aos indicadores e aos anos analisados. O estudo realizado trata-se de uma iniciação ao assunto, ficando de base para novas pesquisas, quando se classifica esse assunto como de suma importância.

A pesquisa foi realizada de forma restrita, utilizando-se apenas 17 indicadores, podendo-se sugerir, para análises futuras, o aprofundamento e desenvolvimento de diversos assuntos, dentre eles, uma pesquisa comparativa, detalhada e com mais indicadores, em uma análise aprofundada da qualidade da evidenciação e de outras instituições financeiras ou até mesmo de outro tipo de setor.

O nível de evidenciação, no geral, apresentou um comportamento entre bom e ótimo. Duas das empresas analisadas (Itaú e Santander, mesmo tendo sua evidenciação em declínio em 2011, mantiveram-se em um nível ótimo), já o Banco do Brasil apresentou o nível de evidenciação em declínio nos três anos analisados, sendo que passou de uma classificação de evidenciação ótima para boa.

A divulgação e a evidenciação dos riscos corporativos é uma questão que vale ser ressaltada por ser uma área de muito destaque dentro da governança corporativa e ainda não muito trabalhada em estudos científicos, portanto, ficará a critério de outros estudos e pesquisas aperfeiçoar esses aspectos ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

AMRAN, A.; BIN, A. M. R.; HASSAN, B. C. H. M. Risk reporting: an exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. **Managerial Auditing Journal**. v. 24, n. 1, p. 39-57, 2008.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2009.

AVALOS, J. M. A. **Auditoria e gestão de riscos: inclui a Lei Sarbanes-Oxley e o Informe COSO**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BANCO DO BRASIL, 2011. Relatório anual 2010. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relatoriobb2010.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____, 2012. Relatório anual 2011. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/RA11BBPorts.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____, 2013. Relatório anual 2012. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/RelAnual2012.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BCBS Basel Committee on Banking Supervision (2003) Operacional risk transfer across financial sectors.

CAMARGO, P. O. A evolução Recente do Setor Bancário no Brasil. 2009. 325f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Araraquara. 2009.

CABEDO, J.D. & TIRADO, J.M. The disclosure of risk in financial statements. **Accounting Forum**. v. 28, n.2 , p.181-200. 2004.

CARVALHO, L. Nelson G. TRAPP, Adriana Cristina Garcia. CHAN, Betty Lilian. Disclosure e risco operacional: uma abordagem comparativa em instituições financeiras que atuam no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**. v. 39, n. 3, p. 264-273, jul./set., 2004.

CHAIJA, A. J. Modelos de Gestão de Risco de Crédito e sua aplicação no mercado brasileiro. 2003.121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade – USP. São Paulo. 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro 2011. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 29 dez 2015.

_____.CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 29 dez 2015.

_____.CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. 2009. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 29 dez 2015.

_____. CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. 2012. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 29 dez 2015.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ALVES, Carlos André de Melo. Investigação sobre evidenciação do risco operacional: estudo multicaso em instituições financeiras brasileiras. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v. 3, n. 2, p.124-138, maio/agosto 2006.

DI MICELI, A. S. Governança Corporativa e Estrutura de propriedade.: determinantes e relação

com o desempenho das empresas no Brasil. 2004. 250f. Tese (Doutorado em Administração)- Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade – USP. São Paulo. 2004.

DUARTE JUNIOR, A.M. **Riscos**: definições, tipos, medição e recomendações para o seu gerenciamento: gestão de riscos e derivativos. São Paulo: Altas, 2001.

DYE, R.. A An Evaluation of essas on disclosure and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**. v. 32, n.1-13, p. 181-235. 2001.

_____. Disclosure of Nonproprietary Information. **Journal Of Accounting Research**. v.23, n.1, p. 123.145,1985.

GIUNTINI, N. **Disclosure**: A evolução da Contabilidade para melhorar a qualidade das demonstrações financeiras aos seus usuários externos, principalmente os acionistas e investidores. São Paulo: USP, 2002. Disponível em < www.eac.fea.usp.br >. Acesso em 25 ago., 2013.

GRI – Global Reporting Initiative. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

GRI – Global Reporting Initiative. G3: Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade . 2012 Disponível em: <http://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

FERNANDES, F. C.; SILVA, M.; DOS SANTOS, F. T. Informações sobre gestão de riscos nas IANs das empresas listadas no novo mercado da Bovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 2, n. 3, p. 36-55, 2008.

HOYT, Robert E.; LIEBENBERG, Andre P. The Value Of Enterprise Risk Management. **The Journal of Risk and Insurance**. v. 78, n. 4, p. 795-822, 2011.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: www.ibgc.org.br/Secao.aspx?Codsecao=17. Acesso em: 16 set. 2013.

ITAÚ UNIBANCO, 2011. Relatório anual 2010. Disponível em: <http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/2010/download/Itau-Unibanco-RA-2010.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____, 2012. Relatório anual 2011. Disponível em: http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/2011/pdf/RAS_2011.pdf. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____, 2013. Relatório anual 2012. Disponível em: <http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/2012/pt/downloads/ItauUnibanco-RA2012.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

LANZANA, Ana Paula. Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

LINSLEY E SHRIVES (2006). LINSLEY, P. M.; SHRIVES, P. J. Risk reporting: a study of risk disclosures in the annual reports of UK companies. **The British Accounting Review**. v. 38, n. 4, p. 387-404, 2006.

JACOMOSSI, A. F.; GUIDINI, A.A.; CUNHA, P.R. Comitê de auditoria e a evidenciação de riscos corporativos em empresas da construção civil listadas na BM&FBOVESPA. In: SIMPOI FGV, 11., 2015, São Paulo. **Anais...** p.15.

MAGRO, C.B; FILIPIN, R.; FERNANDES, F.C. Gestão de riscos: análise da evidenciação de riscos nas concessionárias de rodovias listadas na Bovespa com base na metodologia COSO. **Revista ConTexto**. v. 15, n. 30, p. 57-75, maio/ago. 2015.

MARCOVITCH, Jacques; TONIN, Guerino Antônio. Certificação e Sustentabilidade Ambiental: Uma Análise Crítica. Global Reporting Initiative – GRI para monitorar a sustentabilidade da empresa: Uma Avaliação. 2012. 148f. Trabalhos de conclusão da disciplina EAD-5953. São Paulo. 2012.

MARTIN, N. C.; SANTOS, L. R.; DIAS FILHO, J. M. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. **Revista Contabilidade & Finanças**. v. 15, n. 34, p. 7-16, jan./abr. 2004.

NASCIMENTO, M. L. B. Análise Documental e Análise Diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos. 2009. Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília. 2009.

NASCIMENTO, V.M. et. al. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. p.6.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria Básica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, C. L.; BERTOLUCCI, R. G. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria – Enterprise Risk Management (ERM)**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. C. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2009.

PELEIAS, Ivam Ricardo. CAETANO, Gilberto. PARISI, Cláudio. PEREIRA, Anísio Candido. Produção Científica sobre controle interno e gestão de riscos no ENANPAD e Congresso USP: análise bibliométrica no período de 2001-2011. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 29-49, 2013.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

SANTANDER, 2011. Relatório anual 2010. Disponível em: http://www.santander.com.br/document/wps/RA_2010.pdf. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____, 2012. Relatório anual 2011. Disponível em: http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/campanhas/Relatorio_Anual_2011_72653/Relatorio_Anual_2011.pdf. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____. 2013. Relatório anual 2012. Disponível em: <http://sustentabilidade.santander.com.br/oqueesustentabilidade/Paginas/relatorios.aspx>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SILVA, Edson Cordeiro. **Governança Corporativa nas Empresas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas; 2010.

SILVA, M., W; MAGALHÃES FILHO, P. A. O. Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras na internet. **RAEeletrônica**. v. 4, n. 2, p. 1-23, 2005.

SOUSA, J. O; NUNES, R.V.;ASSIS, CW.C;ADRIANO. FONSECA,RC. Análise da evolução das ações de logística reversa de pós-venda e pós-consumo realizada pelo setor brasileiro de energia elétrica nos anos de 2009 a 2011. **GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 9, nº 4, out-dez/2014, p. 51-76.

TINOCO, J. E. P. **Balço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Atlas,2010.

TRAPP, A. C. G.; CORRAR, L. J. Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. **Revista Contabilidade & Finanças**. v. 16, n. 37, p. 24-36, 2005.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. v. 32, p. 97-180, 2001.

VOSS, C. et al. Case Research in Operations Management. **International Journal of Operations and Production Management**. v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

ZONATTO, V.C. da S. & BEUREN, I. M. Categorias de riscos evidenciados nos relatórios de Administração de empresas brasileiras com ADR. **Revista Gestão e Negócio**. v.12, n.35, p. 142-155, 2010.